



Carta Aberta ao

M.I. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Prof. Doutor José Mariano Gago

A Associação Portuguesa de Antropologia, reconhecendo o papel que V. Exa. tem vindo a desempenhar no relançamento contemporâneo da vida científica nacional, e tendo tido ocasião para observar a profundidade teórica e estratégica do seu pensamento como promotor de ciência, vem apresentar publicamente os seguintes argumentos relativos às Ciências Sociais e Humanidades em Portugal, pedindo a atenção de V. Exa. para eles.

Em Portugal, verifica-se actualmente uma tendência nas instituições de avaliação de desempenho científico para submeter as Ciências Sociais e Humanidades a padrões de desempenho e de excelência científica concebidos para as ciências formais e experimentais. Trata-se, na nossa opinião, de um erro estratégico contrário ao espírito dos actuais programas de promoção da ciência. Em particular, para a Antropologia, tal tendência é comprovadamente deletéria, como explicamos adiante.

À partida, urge insistir que apoiamos plenamente (a) a intensificação do recurso à *lingua franca* internacional em comunicação científica e (b) a participação nacional activa nas arenas científicas de globalização (revistas, conferências, associações). É, portanto, no sentido de promover estas finalidades que fazemos as propostas que se seguem.

Duas importantes constatações merecem a nossa atenção nesta matéria:

- (i) diferentes ramos da ciência têm *distintas necessidades e distintos padrões de produção* e
- (ii) a *política científica* em Portugal deve potenciar o importante papel que a língua portuguesa pode desempenhar como *língua científica internacional*.

Nas Ciências Sociais e Humanidades, o excessivo empolamento da publicação de resultados sob forma de curtos e numerosos artigos, escritos num inglês pouco ilustrado, sob



autoria colectiva, em revistas controladas por corpos editoriais anglo-americanos só pode redundar numa produção de menor impacto, incapaz de promover a constituição de núcleos de excelência internacionais transversais. Nas Ciências Sociais e Humanidades, a profundidade da nossa *scholarship* teórica e empírica será sempre difícil de transmitir por este meio.

No caso da Antropologia, acresce que a reprodução da nossa disciplina depende centralmente da produção de *monografias etnográficas de cariz holista*. Trata-se, entre outras coisas, de um valorizado rito de iniciação científica (comparável à prática laboratorial, nas ciências experimentais) que, há mais de um século, marca a nossa entidade disciplinar – e não existem quaisquer sinais a nível global de que tal venha a alterar-se ou esteja a entrar em declínio. É errado, pois, para fins de avaliação, ponderar a publicação de artigos em revistas acima do que é a principal marca de mestria do antropólogo (a monografia etnográfica). Por essa mesma razão, tal não ocorre entre os nossos colegas anglo-americanos.

No referente à internacionalização, por outro lado, parece hoje especialmente urgente encorajar a emergência de redes secundárias de produção intelectual com relativa independência por relação à hegemonia global. A constituição de tais redes envolve a promoção de (i) escolas científicas locais relativamente autónomas, (ii) correntes teóricas com relativa especificidade, (iii) tradições de pesquisa empírica específicas, (iv) meios de divulgação científica próprios, (v) arenas transversais de constituição de interconhecimento entre cientistas. Entre outros aspectos positivos, a existência destas redes tem resultado em sinergias interdisciplinares por vezes inesperadas e sempre valiosas.

Como sabemos, Portugal possui historicamente dois eixos de integração geo-estratégica privilegiados: o *eixo europeu* (numa histórica mediação entre o mundo comercial do Mar do Norte e o mundo católico latino) e o *eixo atlântico* (que se está actualmente a reforçar no âmbito da globalização pós-colonial). A política científica nacional deve promover com igual empenho a maximização de ambos os eixos. Neste momento a constituição de sinergias intelectuais latinas dentro da UE pode e deve ligar-se ao potenciamento estratégico da ligação intelectual lusófona e hispanófona.



Ao maximizar estes dois eixos não estaremos a fechar-nos à anglofonia global nem à leal disputa científica internacional. Estaremos, isso sim, a promover os instrumentos para que “nós” (isto é, membros de países relativamente marginais) possamos entrar com mais efectividade na arena internacional (predominantemente anglófona) com algumas mais-valias próprias, que nos valorizem.

Em suma, pedimos a V. Exa. a máxima atenção para que

(a) não se aplique cega e destrutivamente às Ciências Sociais e Humanidades as bitolas de apresentação de resultados concebidas para a área das ciências exactas e experimentais e

(b) se conceba e promova uma política científica que, sem desinvestir da participação global, promova o papel futuro que o português pode vir a ter como língua científica internacional.

Para tal, recomendamos a convocação de uma comissão de especialistas das ciências sociais (nacionais e internacionais) que possam, à luz do que se pratica já em numerosas instituições de creditação científica reconhecidas (p. ex., a ESRC britânica ou a SSRC nova-iorquina), propor bitolas avaliativas justas para a área das Ciências Sociais e Humanidades.

Gratos pela atenção que V. Exa. dispense às nossas considerações.

Com os melhores cumprimentos.

Lisboa, 21 de Janeiro de 2008

P’la Direcção da Associação Portuguesa de Antropologia

Susana de Matos Viegas (Presidente)

João de Pina-Cabral (Vice-Presidente)

Associação Portuguesa de Antropologia
Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 / 1600-189 Lisboa

Tel. 21 780 4700

apa@ics.ul.pt - <http://www.apantropologia.net>